

A renegociação da dívida foi o tema dominante na reunião

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) realizou ontem a reunião mais fraca e mais curta dos últimos anos. Em poucos minutos, os conselheiros aprovaram uma operação de crédito de CZ\$ 1,5 milhão para a prefeitura de Itamaraju (BA) e autorizaram o governo brasileiro a desembolsar US\$ 10 milhões como contribuição para o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), um órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Para o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, o plenário do CMN serviu como um termômetro onde pôde sentir as reações do setor privado diante da forma como o governo vem conduzindo a negociação da dívida externa. Depois de ouvirem do ministro uma explanação sobre o processo de entendimento com os credores, três conselheiros deram seu apoio formal à orientação dada à negociação da dívida: os representantes do setor bancário, Roberto Konder Bornhausen e Pedro Conde, e, ainda, o pre-

sidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos.

Na verdade, a parte positiva da reunião foi a que tomou mais tempo dos conselheiros. Três votos que estavam na pauta tiveram seu exame adiado para a próxima reunião do CMN, em fins de março: a dispensa de multas aos bancos estaduais de Alagoas e do Paraná que fizeram aplicações indevidas no crédito rural e a prorrogação de prazo do pagamento do crédito de custeio tomado pelos produtores de batata.

Na área agrícola, a reunião do CMN de ontem apenas confirmou uma decisão que já havia sido tomada anteriormente, "ad referendum", e que amplia para 31 de janeiro a cobertura do Programa de Seguro à Produção Agrícola (Proagro), para a soja, o milho e o sorgo na região das Missões, no Rio Grande do Sul.

Na exposição que fez, o ministro Mailson da Nóbrega informou aos conselheiros que a contenção do déficit público é o grande desafio do governo e que não se pode perder tempo no diagnóstico das causas e da ori-



Mailson Ferreira da Nóbrega

gem desse déficit. "O fato existe e é incompatível com a capacidade de financiamento da economia brasileira", disse o ministro na reunião do CMN, adiantando que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento trabalham na elaboração de um programa conjunto no combate ao déficit do setor público.

Esse programa vai prever uma tendência declinante para o nível do déficit público, contemplando 1987 e 1988, e será levado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como peça-

chave para um eventual acordo de financiamento do tipo "stand-by" que o Brasil pretende obter daquele organismo. Mas desde já o ministro da Fazenda coloca, como fez ontem ao público do CMN, que será impossível trabalhar com uma meta de déficit real zero.

Nóbrega previu que o programa estará concluído até o final de março e disse aos conselheiros que os cortes nos gastos públicos não serão feitos aleatoriamente. Quanto à negociação da dívida, o ministro da Fazenda disse que as discussões com os banqueiros estão bem encaminhadas e externou esperança de que um acordo possa ser acertado já em março. A dificuldade maior concentra-se no fato de o Brasil não se estar sentando ao mesmo tempo com bancos, FMI, organismos internacionais de financiamento como o BIRD e governos credores.

Os números apresentados pelo ministro da Fazenda no CMN dão conta de que o País tem de pagar neste ano US\$ 1,8 bilhão ao BIRD e "não temos garantias de receber o suficiente para cobrir as obrigações".